

DÉFICIT E DÍVIDA PÚBLICA 25/11/2009

CPI da dívida pública da União, Estados e Municípios

Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Dívida Pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários desses pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do país.

Câmara dos Deputados – Brasília, 18/11/2009.

Senhor Presidente da CPI da Dívida Pública, senhor relator e deputados membros da CPI, demais parlamentares, representantes dos movimentos sociais e cidadãos aqui presentes, meus cumprimentos e minha boa tarde a todos.

Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de aqui expor o meu depoimento em relação ao problema do endividamento do Estado brasileiro. Particularmente, agradeço à iniciativa do deputado Ivan Valente, do PSOL de S.Paulo, autor do requerimento que me fez esse convite para aqui comparecer, bem como aos demais integrantes dessa CPI que aprovaram essa iniciativa do deputado.

A problemática do endividamento do Estado brasileiro é complexa, abrange diversas dimensões de natureza econômico-financeira, legal e, acima de tudo, política. Não é também uma questão particular, relativa a especificidades do processo de desenvolvimento do Brasil, embora aqui, a origem do país se confunda com a própria história da dívida externa.

Os mecanismos de endividamento de países mais frágeis economicamente em relação aos países mais ricos, sempre estiveram presentes nas relações interestatais, e sempre funcionaram como um importante instrumento de dominação dos segundos em relação aos primeiros. A literatura econômica é rica e variada em demonstrar como, ao longo da história, o papel da dominação entre os países foi fortemente influenciado pelas relações de dependência financeira que se desenvolveram.

Entretanto, neste presente depoimento – e na sincera expectativa de contribuir neste importantíssimo esforço representado pelo trabalho desta CPI – quero abordar apenas um aspecto desta hipercomplexa problemática. Vou aqui me ater a examinar alguns elementos do recente processo de endividamento do Estado brasileiro, particularmente o crescimento da dívida em títulos da União, denominada de dívida mobiliária federal, examinando as razões da explosão da mesma, entre os anos de 1995 e 2009.

Tabela 1: Evolução da Dívida Mobiliária Federal

ANO	Dívida Mobiliária Federal (R\$ bilhões)	Δ% / Dez 1994	% do PIB
1995	84,60	42%	11,99%
1996	114,78	93%	13,60%
1997	225,73	280%	24,04%

1998	343,82	479%	35,11%
1999	464,51	682%	43,62%
2000	506,71	753%	42,96%
2001	605,43	919%	46,50%
2002	687,30	1057%	46,51%
2003	787,14	1225%	46,30%
2004	857,47	1344%	44,17%
2005	1.002,52	1588%	46,69%
2006	1.153,53	1842%	48,68%
2007	1.390,68	2241%	53,54%
2008	1.565,31	2535%	54,17%
2009*	1.815,56	2956%	-

Obs.: Dezembro/1994 – estoque da dívida: R\$59,4 bilhões (*) Dado até setembro

Fonte: Banco Central

Esta evolução é a face mais dramática, e dispendiosa, do chamado processo de estabilização monetária da economia brasileira, a partir do lançamento do Plano Real.

Como podemos observar, em dezembro de 1994, a dívida mobiliária era de R\$ 59,4 bilhões. Até 1998, como é do conhecimento de todos, tivemos, no âmbito da execução desse referido Plano, a adoção da chamada âncora cambial, e a tentativa de se manter a paridade de um para um entre a nova moeda nacional – o Real – e o dólar.

O custo para o país foi altíssimo, e sua melhor tradução são esses números, que apontam que ao final de 1998 a dívida em títulos da União já alcançava a cifra de R\$ 343,82 bilhões. Um crescimento, portanto, de quase 480%, em apenas quatro anos.

Uma das razões que em geral é apontada para esse aumento foi o processo de renegociação das dívidas de Estados e Municípios junto à União, com a conseqüente federalização das mesmas.

Contudo, essa é apenas uma parte da explicação do problema, e decorrência direta dos próprios efeitos macroeconômicos da política econômica em curso à época. Administrando a dívida pública com altas taxas de juros reais, com o objetivo maior de atrair poupança externa para o país; e tornando extremamente rentável as aplicações financeiras de estrangeiros – e mesmo de brasileiros, com recursos em dólares – no país, o Banco Central tinha como objetivo o acúmulo de divisas, como forma de garantir a não volatilidade do Real frente à moeda americana, e manter o compromisso de assegurar a paridade de um para um entre essas moedas.

Essa estratégia adotada, entre outras conseqüências, impôs um crescimento elevadíssimo não somente à dívida pública federal, mas, também, às dívidas dos Estados e Municípios. Com as altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central, a rolagem dessas dívidas para as finanças de estados e municípios tornou-se algo inadmissível.

Não sem razão, o governador do Estado de S.Paulo à época, Mário Covas, membro do partido do Presidente da República de então, lembrava constantemente que o governo federal não fazia mais nada do que a sua própria obrigação, ao renegociar essas dívidas e federalizá-las. Ele destacava que desde o início de sua gestão, em 1995, jamais havia “gastado mais do que tinha arrecadado”, uma das máximas preferidas pela lógica financeira. Havia, também, dado início ao processo de venda de ativos do Estado de S.Paulo e, mesmo assim, ao final de dois anos de seu mandato, a dívida do seu estado havia simplesmente triplicado.

Uma das razões alegadas para a venda do patrimônio estatal era reduzir o endividamento público e criar condições financeiras para o Estado investir em suas funções de provedor de serviços públicos à sociedade, com qualidade e eficiência.

Ao olhar para essa nossa história recente, observamos que ao invés da redução da dívida pública tivemos um aumento da mesma em proporções significativas. E, com relação à qualidade dos serviços públicos, a situação apenas se fez, e se faz, deteriorar de forma absurda. Um balanço rigoroso desse processo, com avaliações entre o que era prometido, e o que efetivamente se deu, é da maior importância, para que não continuemos nos iludindo, causando prejuízos incalculáveis para milhões de brasileiros, e para que venhamos a corrigir essas deformações.

A rigor, as privatizações, assim como os juros altos, entre outros interesses, obedeciam à lógica financeira de estimular a entrada de recursos externos no país. A formação de reservas era essencial para o equilíbrio precário de um modelo que, ao integrar a economia brasileira aos circuitos financeiros internacionais, logrou reduzir substancialmente as taxas de inflação vigentes no país, após o incremento e monitoramento de um processo de hiperinflação pelo próprio Estado – através da chamada fase da URV, a primeira etapa de implantação do Plano Real.

Cabe, neste ponto, uma importante consideração sobre essas condições que foram criadas, dentro da lógica financeira, para a execução do plano de integração financeira do país com o exterior, com o objetivo de se procurar buscar a estabilização monetária da economia brasileira.

Esse processo não teria sido possível, sem que anteriormente não estivessem já em curso sucessivas medidas que buscaram remover os mecanismos de controles legais sobre a movimentação de recursos estrangeiros no país, criando as condições à livre movimentação de capitais.

O ponto a se destacar é que para que isso viesse a ocorrer, foi necessária a alteração substantiva da Lei nº. 4131, de 1962, que estabeleceu as regras para o capital estrangeiro no país e que se encontrava em pleno vigor.

De acordo com as procuradoras da República Valquíria Nunes e Raquel Branquinho, este foi um processo absolutamente irregular e provocou, por parte das mesmas, a apresentação na Justiça Federal, no dia três de setembro de 2003, de uma acusação formal, por crime de improbidade administrativa, contra ex-dirigentes do Banco Central, do Banco do Brasil e de outras instituições financeiras. O fato foi inclusive objeto de matéria jornalística, assinada por Raimundo Rodrigues Pereira, e veiculada pela Revista Reportagem, em sua edição de fevereiro de 2004. As procuradoras, diz a matéria, “acusam quinze executivos de terem participado destacadamente de uma manipulação extraordinária que transformou, na verdade, sem nenhum debate no foro apropriado que é o Congresso Nacional, o sistema de rígido controle das divisas em moeda forte brasileiras que ainda persiste, pela vigência da Lei 4131,

no seu oposto – um sistema no qual prevalece uma amplíssima liberdade para a saída de divisas do país, determinado por *circulares*, *cartas circulares* e uma *cartilha* cambial do Banco Central”.

A citada matéria lembra que “a legislação estabelece que quem regulamenta as leis do Sistema Financeiro Nacional é o Conselho Monetário Nacional, através de *resoluções*. Estabelece também que o Banco Central publica essas *resoluções*. E que, em algumas matérias, o CMN pode delegar competência ao Banco Central para que este edite através de sua diretoria colegiada normas complementares a essas *resoluções*, as *circulares*. A lei diz também que Departamentos do Bacen, através de suas chefias, podem editar *cartas-circulares* para esclarecer aspectos já regulamentados por *resoluções* ou *circulares*”.

Desse modo, as procuradoras sustentam na sua acusação que o CMN não pode criar leis financeiras e que a direção do Banco Central não pode regulamentá-las, muito menos uma chefia de Departamento do banco. Conforme diria um famoso comentarista de arbitragem de jogos de futebol, por sinal, empresário do setor financeiro, a regra é clara: o Congresso faz as leis financeiras; o CMN produz regulamentos para essas leis; e o Bacen deve limitar-se a um papel complementar e de esclarecimento ao trabalho regulamentador do CMN.

As procuradoras apontam que toda essa hierarquia começou a ser quebrada em 1988, com a resolução do Conselho Monetário Nacional que criou o Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes, contrariando frontalmente a Lei 4131, e especialmente a partir de 1992, com as mudanças promovidas pelo Banco Central na Carta-Circular número 5, de 1969. A partir de então, foi dado início a um conjunto de alterações nos mecanismos de controle cambial em vigor - na ótica das procuradoras, de forma ilegal -, e que acabaram por nos conduzir à atual situação de total abertura de nossas fronteiras financeiras.

Senhores deputados, independentemente de, sob o ponto de vista jurídico, as acusações das procuradoras procederem, parece claro que todo o arcabouço legal que ampara hoje a livre movimentação de capitais no país, merece um exame rigoroso do Parlamento, visando corrigir distorções e aberrações que trazem enormes prejuízos ao país. Tomo a liberdade, aqui, de sugerir aos integrantes desta CPI a convocação dessas duas procuradoras da República, citadas por mim, como forma de melhor detalharem todas as suas investigações, que acabaram por levá-las a oferecer a denúncia contra ex-dirigentes do Banco Central, dentre outros. Coloco também, em anexo a esse depoimento, cópia da referida matéria jornalística a que me referi.

O fim da chamada âncora cambial, em janeiro de 1999, e a adoção do regime de câmbio flutuante, se deu em meio à crise cambial que se mostrou irreversível a partir de 1998 e forçou o país à assinatura de um novo acordo de ajuste junto ao FMI. Foram introduzidas neste acordo as metas fiscais de superávit primário, um curioso conceito de resultado fiscal das contas públicas, que exclui a contabilização dos gastos correntes do governo com o pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Na tabela que apresentamos a seguir, de acordo com o critério de competência, utilizado pelo Banco Central, fica claro como, a partir de 1999, esse controle fiscal sobre as contas públicas evoluiu e se modifica, especialmente se o compararmos com o que ocorreu entre os anos de 1995 e 1998. Entretanto, é importante frisar, não houve nesses quatro anos de âncora cambial, nenhum deles em que tivéssemos tido resultados fiscais primários deficitários significativos. Apenas no ano de 1997, este dado aparece com sinal negativo (- 0,25% do PIB). Mas, como já destacamos, isto não impediu a multiplicação do estoque de títulos nesse período.

Tabela 2: Evolução Fiscal do Governo Federal

Critério – Banco Central (por competência)

R\$ milhões / % do PIB

GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL						
ANO	Resultado Primário		Juros Nominais		Resultado Nominal	
1995	3.335,75	0,47%	18.727,80	2,65%	-15.392,05	-2,18%
1996	2.907,57	0,34%	22.853,11	2,71%	-19.945,54	-2,36%
1997	-2.374,56	-0,25%	20.537,18	2,19%	-22.911,74	-2,44%
1998	5.041,50	0,51%	54.402,28	5,56%	-49.360,78	-5,04%
1999	22.672,11	2,13%	88.881,40	8,35%	-66.209,29	-6,22%
2000	20.430,59	1,73%	54.926,30	4,66%	-34.495,71	-2,92%
2001	21.979,81	1,69%	66.434,68	5,10%	-44.454,87	-3,41%
2002	31.919,09	2,16%	118.609,94	8,03%	-86.690,85	-5,87%
2003	38.743,89	2,28%	78.181,68	4,60%	-39.437,79	-2,32%
2004	52.385,18	2,70%	76.083,52	3,92%	-23.698,34	-1,22%
2005	55.741,37	2,60%	124.471,03	5,80%	-68.729,66	-3,20%
2006	51.351,57	2,17%	123.604,18	5,22%	-72.252,61	-3,05%
2007	59.438,71	2,29%	116.613,44	4,49%	-57.174,73	-2,20%
2008	71.307,92	2,47%	99.378,76	3,44%	-28.070,84	-0,97%
2009	18.518,41	-	110.336,06	-	-91.817,65	-

(*) Valores 2009 até setembro

Fonte: BCB – DEPEC

A fase que se abre na economia brasileira a partir de 1999, sob o monitoramento do FMI, impôs ao país um forte constrangimento dos gastos sociais e de investimentos públicos, sem que as condições estruturais das contas públicas tenham apresentado qualquer melhoria significativa. Apesar do esforço de contenção dos gastos ditos *primários*, a dívida pública em títulos continuou em trajetória ascendente.

As altas taxas de juros continuaram a ser uma característica da política monetária, agora sob o pretexto de atender às metas de inflação, sistema adotado para amparo técnico da atuação do Banco Central, na definição de sua política, e compromisso firmado no acordo com o FMI. Rigorosamente, o que assistimos foi a continuidade da subordinação da política monetária às instabilidades dos fluxos cambiais e à necessidade de financiamento externo da economia, além é claro de garantir alta rentabilidade aos credores da dívida pública.

As fortes instabilidades que caracterizaram esse período, tanto no panorama externo, quanto no plano interno, especialmente frente à aproximação das eleições presidenciais de 2002, fizeram com que a atuação da direção do Banco Central implementasse medidas altamente lesivas ao interesse nacional – sempre sob alegação de se procurar conquistar a confiança de nossos credores e garantir a esses uma máxima segurança para as suas aplicações.

Na gestão da dívida pública, particularmente a partir de 2001, e com a taxa de juros nas alturas, operações de troca de títulos com prazos de vencimento mais dilatados foram implementadas, com a colocação de títulos com prazos de vencimento mais curtos - concentrando vencimentos de um volume significativo de títulos, no segundo semestre de 2002 e ao longo do ano de 2003. Além, principalmente, de aumentar expressivamente a emissão de títulos públicos com cláusulas de correção cambial, como forma de proteger os especuladores das variações cambiais, particularmente das perspectivas de perdas decorrentes de forte desvalorização do Real frente ao dólar. A participação de títulos com correção cambial, no total negociado, passou de 22,1%, em janeiro de 2001, para 37,77%, em setembro de 2002.

Desse modo, além do altíssimo custo de rolagem da dívida, dada a taxa de juros vigente, o encurtamento dos prazos médios de vencimento de boa parte dos títulos da dívida mobiliária federal, combinado com a dolarização de parte significativa desses títulos, armou uma verdadeira bomba-relógio no tempo. Elevaram-se os riscos de fortes dificuldades à

administração da política monetária, e da própria condução da política macroeconômica do país, em pleno processo político de transição dos mandatos presidenciais.

A crise cambial, que novamente bate em nossas portas em 2001/2002, faz com que o governo celebre um novo acordo com o FMI, com metas muito mais duras de arrocho fiscal, e coloca o desafio aos candidatos presidenciais de 2002 de cada um deles se comprometer com os termos desse novo acordo.

De forma surpreendente para muitos, todos os candidatos acabam por declarar respeito aos novos compromissos estabelecidos pelo governo FHC, junto às autoridades de Washington. A situação criada pelos gestores da dívida pública atingiu os seus objetivos. Apesar da derrota política do candidato governista de 2002, o governo que toma posse em 2003, não somente aplica o plano acertado com o FMI, mas – em nome de se buscar ganhar a confiança dos credores – opta por elevar as metas do superávit primário do setor público, de 3,75% do PIB para 4,25%.

A trajetória de elevação do endividamento público em títulos continua, contudo, inalterada, mesmo com o crescimento econômico que se dá a partir de 2004, em função particularmente dos resultados das nossas 'contas externas correntes, que passam a apresentar significativos e crescentes saldos da balança comercial, até o ano de 2006.

A forte expansão do comércio internacional, puxada pelo crescimento da economia chinesa, extremamente demandante de produtos agrícolas e minerais, beneficiou as exportações brasileiras em termos de volume e de preços. O saldo da balança comercial brasileira se multiplica por 3,5 vezes, passando de US\$ 13,1 bilhões, em 2002, para US\$ 46,5 bilhões, em 2006.

Tabela 3: Brasil - Contas Externas
Resultados Anuais da Balança Comercial, Serviços e Rendas e Transações Correntes US\$ bilhões

ANO	Balança Comercial	Serviços e Rendas	Transações Correntes
2002	13,1	-20,7	-7,6
2003	24,8	-20,6	4,2
2004	33,6	-21,9	11,7
2005	44,7	-30,7	14,0
2006	46,5	-32,9	13,6
2007	40,0	-38,3	1,7
2008	24,7	-53,0	-28,3

(*) Remessa de lucros e dividendos: 33,9 / Juros: 7,3 / Viagens: 5,2

Fonte: Banco Central do Brasil

Esses saldos comerciais possibilitaram que, a partir de 2003, passássemos a ter resultados positivos em nossas transações correntes, apesar da contínua ampliação dos déficits da conta de serviços e rendas. Entretanto, já em 2006, quando obtivemos a marca recorde no saldo comercial, o resultado obtido pelas transações correntes já apresentava uma queda (de US\$ 14 bilhões, em 2005, para US\$ 13,6, em 2006), despencando, no ano seguinte, em 2007, para apenas US\$ 1,7 bilhão, e tornando-se deficitário, em US\$ 28,3 bilhões, em 2008.

Destaco, assim, que mesmo em meio à situação de crescimento da economia brasileira entre os anos de 2004 e 2008, com crescimento do PIB a taxas superiores ao incremento da taxa de

crescimento demográfico, algo que não ocorria desde os anos setenta, o endividamento público em títulos não se reduziu, estabilizando-se em 46% do PIB, entre os anos de 2001 e 2003; sofrendo uma leve queda em 2004 (para 44,17%); voltando ao patamar de 46%, em 2005 e 2006; e se elevando para mais de 53% do PIB, em 2007 e 2008 (vide Tabela 1).

Permito-me, neste ponto, uma breve consideração.

O modelo econômico defendido pelos financistas, implementado no país desde o final dos anos oitenta, baseado na abertura financeira, produtiva, comercial e tecnológica – e de grande interesse do setor financeiro e dos segmentos transnacionalizados –, além de nos impor o garrote vil do endividamento financeiro do Estado, nos condena a taxas de crescimento aquém das nossas necessidades e possibilidades.

Mesmo se levarmos em conta o crescimento que tivemos entre os anos de 2004 e 2008, período de singular expansão econômica global, observamos que nossas taxas de crescimento do PIB foram extremamente modestas, frente ao crescimento de todos os países ditos *em desenvolvimento*.

Além disso, dada a abertura do país e a desnacionalização crescente de nosso parque produtivo, ampliamos as nossas vulnerabilidades na conta de serviços e rendas. Em decorrência desse fato, o déficit nesta rubrica das contas externas do país é crescente, e estruturalmente deficitário. Em 2008, por exemplo, para um resultado negativo de US\$ 53 bilhões, somente em decorrência das remessas de lucros e dividendos das filiais de empresas estrangeiras, enviamos ao exterior US\$ 33,9 bilhões; além de US\$ 7,3 bilhões em pagamentos de juros relativos à dívida externa, que o governo, os poderosos e seus áulicos divulgam ter acabado, ou não ser mais um problema.

O fato é que taxas continuadas de crescimento acima de 4,5% ao ano, dentro deste modelo, tendem a produzir reduções importantes nos saldos comerciais do país, em função da aceleração no ritmo das importações, beneficiadas pelos ciclos de valorização do Real frente ao dólar, resultado da entrada, sem nenhum controle, de recursos externos no país. Não sem razão, demonstramos que, entre 2002 e 2008, mais do que dobramos nosso déficit na conta de serviços, ao mesmo tempo em que, a partir de 2007, frente à queda do saldo comercial, voltamos a apresentar resultados problemáticos no saldo das transações correntes.

Frente a situações como essa, o equilíbrio das contas externas volta a depender da absorção de recursos através da conta de capital, sob a forma de investimentos diretos (que dão seguimento ao processo de desnacionalização do parque produtivo) ou de aplicações financeiras, em bolsa ou títulos, e de caráter sabidamente volátil.

Neste ponto, volto ao problema do endividamento em títulos ou, como prefiro, à super-lucrativa indústria da dívida pública.

A Dívida Interna hoje já ultrapassa a marca de R\$ 1,8 trilhão. Porém, o governo costuma divulgar que o estoque desta dívida é de R\$ 1,3 trilhão. Isso ocorre porque as estatísticas divulgadas não incluem as chamadas *Operações de Mercado Aberto*, que nada mais são do que dívida do Banco Central com os bancos, que recebem títulos remunerados pela taxa Selic da mesma forma, e em prazos curtíssimos. Estou inclusive repassando ao Presidente e ao Relator desta CPI a tabela, divulgada pelo Banco Central, que mostra o estoque desta dívida, incluída as *Operações de Mercado Aberto*.

Tabela 4: Veja em <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/demab/ma200909/NImprensa.zip>

Conforme os Srs. podem observar, tais operações têm crescido nos últimos anos, como resultado da grande entrada de dólares no país, devido às altíssimas taxas de juros brasileiras. Agora, em setembro deste ano, essas operações somavam mais de R\$ 429 bilhões, representando 23,7% dos títulos da dívida, O Banco Central compra dólares, pagando em

reais, e expandindo a base monetária, o que, na visão do BC, causaria inflação. Para *enxugar* esses reais, o BC lança no mercado títulos emitidos pelo Tesouro, mas que já se encontram em poder do Banco Central.

E por que tais títulos do Tesouro se encontram em poder do Banco Central? São títulos recebidos do Tesouro, como pagamento pelos enormes prejuízos do BC, contraídos por força da aquisição de dólares, para a formação de reservas, em um quadro em que o dólar se desvaloriza em relação ao Real. Além do mais, os Srs. Parlamentares aprovaram, no ano passado, a Medida Provisória 435/2008, que permitiu ao Tesouro emitir, sem limite algum, títulos para serem repassados ao Banco Central, para que este possa fazer, também sem limite algum, tais *Operações de Mercado Aberto*.

Isto significa que o Banco Central continua a fazer dívida, com o estoque dessas operações tendo alcançado, agora em outubro, MEIO TRILHÃO DE REAIS, conforme matérias publicadas nos jornais Valor Econômico e Estado de São Paulo, também anexas, que repasso aos Srs. Parlamentares. (Anexo 3 e 4, respectivamente)

O Tesouro, quando paga ao Bacen os juros referentes aos títulos detidos pela instituição, está, na verdade, remunerando os rentistas, pois o Banco Central repassa esses pagamentos de juros para os detentores dos títulos dessas *Operações de Mercado Aberto*.

Além do mais, gostaria aqui de trazer uma denúncia, que não é minha, mas de um analista, com 45 anos de experiência no mercado financeiro, segundo o qual as compras de dólares pelo Banco Central não contribuem para deter a desvalorização do dólar. Pelo contrário, a estimula ainda mais. Ou seja: a principal justificativa para a compra de dólares, que é deter a valorização do Real, não se sustenta. Essa dívida colossal, proveniente das compras de dólares, deve ser questionada por esta CPI. Deixo com os Srs. Parlamentares, também, notícia do Jornal do Brasil que mostra esta denúncia. (Anexo 5)

Outro motivo pela qual as *Operações de Mercado Aberto* crescem é o pagamento, em dinheiro, de algumas partes da dívida interna pelo Tesouro, o que também aumenta a base monetária. Assim, o BC realiza também mais *Operações de Mercado Aberto* para esterilizar esta expansão.

O que tudo isso indica? Simplesmente que esta dívida continuará existindo *ad infinitum*. Pois, quando o Tesouro paga a dívida, o Banco Central faz mais dívida!

Outra importante informação: o capital estrangeiro, que entrou no Brasil no início do ano para ganhar com títulos da dívida interna, ganhou quase 50% com os juros mais a valorização do câmbio no período. Importante ressaltar que, somente nos 12 primeiros dias de novembro, o Tesouro já emitiu R\$ 12,6 bilhões em títulos da dívida interna, sendo R\$ 10 bilhões a taxas de juros pré-fixadas, o que poderia parecer uma melhora na administração da dívida. Porém, o Tesouro emitiu tais títulos a uma taxa média de 11% ao ano, ou seja, muito mais que a já altíssima taxa Selic. No dia 12, a taxa paga pelos títulos chegou a mais de 13% ao ano. Isto também deve ser investigado pela CPI, dado que isto mostra o poder do mercado na definição das taxas de juros da dívida interna, que podem ser bem maiores que a Selic. Encaminho também em anexo a tabela demonstrativa deste cálculo, baseada na própria tabela do Tesouro Nacional. (Anexo 6)

Quero aqui frisar que esta dívida, que já se aproxima de R\$ 2 trilhões, não decorre de excesso de gastos sociais, investimentos produtivos ou em infra-estrutura. Desde 1995, até hoje, não houve déficit primário. Pelo contrário: houve pesados superávits primários, conforme aqui demonstramos, que não foram suficientes para compensar o verdadeiro motivo da explosão desta dívida: as altíssimas taxas de juros, a forma como é gerida a dívida e a compra de dólares pelo Banco Central.

Pergunto aos Srs. Parlamentares: como justificar o crescimento de uma dívida de R\$ 60 bilhões, no final de 1994, para quase R\$ 2 TRILHÕES, em 2009? Dizer que a culpa é dos R\$ 60 bilhões, lá de trás, é no mínimo uma aberração.

Também é falso o argumento de que o principal fator de crescimento da dívida interna federal foi a assunção da dívida dos estados e municípios, o principal "esqueleto" assumido pelo governo federal. Isto porque tais dívidas já explodiam antes mesmo de serem assumidas pela União, devido exatamente às altíssimas taxas de juros estabelecidas pelo próprio governo federal, conforme aqui também lembramos.

Em suma: a dívida interna atual é explosiva, e quando se tenta pagá-la, o Banco Central faz mais dívida. Ou seja: é uma política suicida para o país. Mas, extremamente rentável a alguns setores.

Os Srs. poderiam me perguntar: mas, então, qual é a saída?

Há várias possibilidades. A mais importante foge à competência do Poder Legislativo. Trata-se de mudar a política macroeconômica. Implicaria inicialmente restabelecer rígidos mecanismos de controle cambial, reduzir as taxas de administração da dívida e ampliar os investimentos públicos, além de promover, de fato, as reformas tributária e fiscal.

Em relação à dívida propriamente, o Parlamento brasileiro deve atender ao disposto no artigo 26, das Disposições Transitórias da Constituição Federal, que determina a realização da auditoria da dívida externa, fixando o prazo de um ano após a promulgação da Constituição, e que jamais se realizou. Hoje, um trabalho dessa natureza implicaria um exame das próprias condições em que o endividamento interno atual é constituído.

Com relação à dívida externa, como exemplo, podemos nos referenciar no recente caso equatoriano, que provou com dados e documentos que sua dívida com os bancos privados internacionais era produto de juros sobre juros, e já havia sido paga várias vezes. Desta forma, o governo chamou os credores e anunciou que não pagaria mais de 35% de tal dívida. Se alguém exigisse mais, o Equador iria entrar com processos na Justiça contra tais credores, embasados nas provas da auditoria. Resultado: 91% dos credores aceitaram prontamente a proposta equatoriana.

Este precedente equatoriano foi de fundamental importância, para mostrar que é possível impor as conclusões de uma auditoria da dívida aos bancos privados e demais rentistas do mercado financeiro, que também são os credores da dívida interna brasileira.

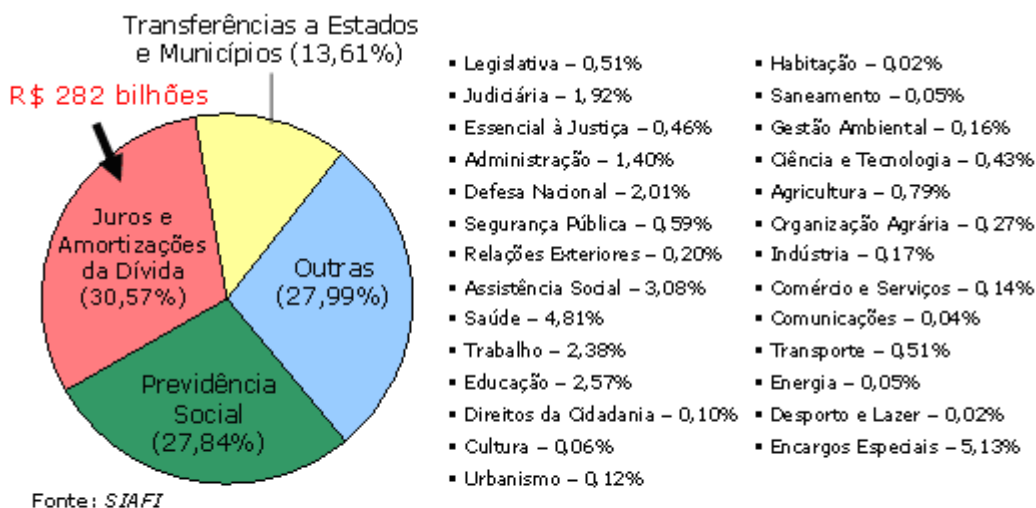
Em relação à dívida interna brasileira, é preciso que esta Comissão tenha algumas informações básicas, em qualquer auditoria dessa natureza. Tenho conhecimento que já foram solicitadas aos órgãos competentes (Ministério da Fazenda e Banco Central), mas ainda não enviadas a essa CPI. Uma delas é o fluxo de recebimentos/pagamentos das dívidas interna e externa, com a demonstração do saldo final anual. Outra é o perfil dos credores da dívida interna, por tipo e tamanho, especificando-se os grandes e pequenos credores da dívida interna, inclusive aplicações bancárias, através dos *Fundos de Investimento*.

Para finalizar, quero ainda apontar o que considero mais dramático e grave em todo esse processo de financeirização e endividamento extraordinário do Estado.

O brutal esforço que representa para o Estado brasileiro a manutenção da atual política econômica tem implicado elevar de forma contínua a carga tributária, com forte concentração de recursos na órbita federal, para o pagamento dos juros e encargos da dívida; implica, também, como vimos, altas taxas de juros que impacta negativamente a produção e a geração de empregos. Contudo, a face mais dramática desse processo é o prejuízo acarretado para o orçamento público.

O quadro a seguir, mostra de forma clara a situação da distribuição de recursos, em relação ao Balanço Geral da União, no exercício de 2008.

Tabela 5: Balanço geral da União – por função (2008)



- Não inclui o refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos.

A distribuição dos recursos orçamentários, pelas principais Funções Orçamentárias, mostra a iníqua gestão do orçamento público, em prol da manutenção do pagamento de juros e encargos que, como vimos, apenas realimenta o endividamento do Estado.

De cada cem reais arrecadados pela União, em 2008, nada mais que R\$ 30,57 foram gastos com o pagamento de juros e amortizações de uma dívida que não pára de crescer, enquanto a Saúde, a Assistência Social ou a Educação tiveram de se contentar com recursos ínfimos, entre R\$ 2,57 (para a “prioritária” Educação) e R\$ 4,81, para a Saúde, a mais aquinhoadas das áreas sociais, excluindo-se a Previdência Pública, que possui os seus recursos próprios, sofre com os efeitos da DRU – a Desvinculação de Receitas da União, e mesmo assim é responsabilizada, pela ótica financista, como a vilã das contas públicas.

Esta é apenas uma das dimensões da preocupante e paradoxal conjuntura que vivemos.

Vivemos gritantes distorções que se agravam no nosso dia-a-dia. Violência criminal sem precedentes; caos nos transportes públicos; incapacidade do setor público de saúde em atender minimamente à população; absoluta falta de rumo para enfrentar a crise de formação escolar dos jovens e adolescentes; descrédito crescente da população em relação aos políticos, à política e às suas instituições são exemplos nítidos de uma sociedade que se mostra doente.

A partir da ótica financista, abandonamos investimentos na infra-estrutura do país e aprofundamos um modelo agrícola baseado em monoculturas, altamente predador de recursos naturais, concentrador de renda e riqueza, extremamente tóxico em seus insumos e que requer pesados dispêndios do Estado, em refinanciamentos constantes e periódicos das dívidas do setor agrícola.

Paradoxalmente, ou – pior – como grave sintoma desta enfermidade política, social e econômica, observamos uma absoluta alienação da maioria da população, e de seus ditos

formadores de opinião, com o terrível quadro que se desenha na nossa realidade. Ao contrário, há uma incosequente atmosfera de otimismo no ar.

Precisamos reagir.

O esforço que o trabalho desta CPI representa, nos permite fornecer todos os subsídios para uma mudança que se faz necessária.

Espero ter contribuído positivamente para uma tomada de posição, que nos ajude a sepultar uma fase da história brasileira que compromete o nosso presente e o nosso futuro.

E aqui encerro este meu depoimento, me colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos, ou dúvidas, que se façam necessários.

Muito obrigado a todos.